

QUARENTA ANOS DE PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO XX PARA O XXI. Jean-Louis Derouet é entrevistado

Dalila Andrade Olivera

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Álvaro Moreira Hypolito

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Brasil

Romuald Normand

Universidade de Strasbourg
Strasbourg, França

Resumo

A entrevista com Jean-Louis Derouet apresenta a perspectiva de análise do autor sobre as políticas educativas no século XX e XXI, a partir de seus quarenta anos de experiência como pesquisador em educação, com enfoque nos aspectos políticos e sociais da educação. Na entrevista, o autor discorre sobre temas como desigualdade social e educativa, aborda a profissão docente e os novos modelos de gestão e os processos de regulação. Desenvolve suas análises a partir de sua experiência na França e de sua experiência com a comunidade internacional, com uma rica contribuição para a análise da globalização em educação.

Palavras-chave: educação; política pública; regulação;

Abstract

The interview with Jean-Louis Derouet presents the author's analytical perspective on education policy in the twentieth and twenty-first century, from his forty years of experience as a researcher in education, focusing on the political and social aspects of education. In the interview, the author discusses topics such as social and educational inequality, addresses the teaching profession and the new models of management and control processes. Develops his analysis from his experience in France and with the international community with a rich contribution to the analysis of globalization in education.

Keywords: education; public policy; regulation;

Entrevistadores - *Caro Jean-Louis, você acompanhou a evolução das políticas educacionais desde os anos 1970. Trabalhou muito nas políticas de democratização dos anos 1960 e 1970, e, em particular, na implantação de uma escola compreensiva que reúne todas as crianças de 5 a 15 ou 16 anos. Está trabalhando hoje nas novas políticas que colocam em primeiro plano a obrigação de resultado e a introdução dos princípios da Nova Gestão Pública na área da educação. Você pode nos dizer como pensa estas evoluções?*

Jean-Louis Derouet: Abordei a sociologia da educação no final da década de 1970. O terreno estava ocupado pelas catedrais teóricas edificadas de um lado por Pierre Bourdieu e a escola da reprodução e do outro por Raymond Boudon e o individualismo metodológico. Eu fazia parte de um grupo de jovens sociólogos, animado por meu colega Jean-Michel Berthelot, que tinha recebido esta cultura como herança e buscava renovar as problemáticas. Este grupo reencontrou-se em torno do *Comité Education, Formation, Socialisation* da Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa (AISLF<<http://www.aislf.org/>>) e impulsionou a criação da revista *Éducation et Sociétés* (*Educação e Sociedades*). Eu tinha acabado de passar no concurso para a docência universitária em História e minha abordagem pessoal, dentro deste grupo, inspirou-se muito da empreitada sociohistórica que Albert Hirschman desenvolvia colocando em perspectiva os diferentes valores que inspiraram a Europa e as duas Américas desde o século XVIII, ele questionava discretamente as problemáticas contemporâneas exclusivamente centradas no interesse (1977). Muitas outras referências podem ser invocadas para explicar a ação humana: a fé, o senso de honra, o senso de justiça, o amor e a compaixão, etc. Esta reflexão histórica encontrava uma complementação nos trabalhos de filosofia política de Rawls (1971) e Walzer (1983) que desdobravam a diversidade dos princípios de justiça desenvolvidos nas sociedades contemporâneas. Além das diferenças de época e de epistemologia, eu percebia consonâncias entre estas reflexões e a obra fundadora de Durkheim *A evolução pedagógica na França* que mostra a variedade de objetivos que foram designados para a educação. Neste contexto, o objetivo de igualdade aparece como relativamente recente: durante muito tempo, a perspectiva foi de integrar as crianças em sua comunidade e portanto formá-las a ocupar o lugar que lhes fora designado por seu nascimento. O papel da Revolução Francesa foi essencial nesta mudança de paradigma. Ao mesmo tempo, a afirmação do princípio de igualdade suscitou numerosas controvérsias em torno de sua implementação. Foi por este motivo que dediquei minha tese ao estudo dos debates sobre a justiça na educação desde a Revolução Francesa (1992). O projeto de escola compreensiva no qual eu trabalhava no Instituto Nacional de Pesquisa Pedagógica aparecia como um dos últimos avatares destas pesquisas e o apontamento da pluralidade das lógicas de ação ajudava a entender a variedade de meios-termos que ele gerou. Inclusive retomei este trabalho recentemente com alguns amigos do European Educational Research Association ampliando a survey para a escala europeia (Derouet, Mangez & Benadusi 2015).

Ao mesmo tempo, neste início da década de 1980 em que a França penava para implementar o colégio único, uma mudança de paradigma se anunciava. Uma violenta crítica do programa compreensivo estava crescendo no mundo anglo-saxão: os black papers que preparavam a volta ao poder dos Tories na Grã Bretanha em 1979, denunciavam uma queda do nível dos estudos. Em 1983 nos Estados- Unidos, o relatório *A Nation at Risk* encomendado pelo Presidente Reagan propunha para a educação um novo referencial fundado na eficiência e na busca pela excelência. Tive a sorte de ser convidado por Luc Boltanski para participar em 1984 da fundação do Grupo de sociologia política e moral. A equipe reunia especialistas de várias disciplinas: economia e estatística, história, ciências políticas, demografia. O ponto comum era levar a sério a racionalidade dos atores e tentar acompanhar a maneira como eles constroem estas regularidades que outros atribuíam a efeitos de estrutura. É neste manancial de criatividade que estudei, com meus colegas, as hesitações das social-democracias quanto às perspectivas de terceira via, abertas pelo trabalhismo inglês e os múltiplos meios- termos entre igualdade e otimização de resultados, Estado e mercado, que elas desenvolviam. Realizei uma síntese durante um colóquio organizado com minha esposa, Marie-Claude Derouet-Besson, *Repensar a justiça na educação* (2008). O novo referencial era trazido pelas organizações internacionais e fundamentava o movimento de construção europeia. A pesquisa sociológica tinha portanto que mudar de escala e inscrever-se em problemáticas internacionais. Romuald Normand desempenhou um papel importante na concepção deste colóquio ao trazer seu conhecimento dos diversos universos anglo-saxões (2011). Esta abertura nos levou a participar da criação da rede 28 do EERA: European sociology of education <<http://www.eera-ecer.de/network28/>>.

Uma nova virada apareceu no finalzinho do século XX. Entre as preocupações democráticas, a questão da luta contra a exclusão sobrepujou o projeto de redistribuição. Para ser muito breve, o primeiro objetivo da escola seria fornecer para todas as crianças vivendo na França um conjunto de conhecimentos e de valores que fazem delas membros competentes da sociedade. A questão da posição que elas ocupam nesta sociedade torna-se secundária. Este projeto deve compor com outra definição da justiça, que emergiu nesse mesmo momento: o reconhecimento das diferenças (Honneth 1992). A sociedade francesa descobre-se multiétnica e multicultural. O problema da pobreza permanece, porém acrescentado de um conflito de valor. A matriz definida pelas Luzes está sendo violentamente questionada. Esta rejeitava os particularismos para o lado do Antigo Regime e dirigia-se a cidadãos libertados dos laços comunitários. O que acontece quando os cidadãos reivindicam estes laços como uma expressão de sua liberdade? E quando estas reivindicações questionam acordos tidos por estabilizados, como a igualdade entre os homens e as mulheres? A tensão fica particularmente viva na França, onde a sociedade continua definindo a laicidade de um modo bastante estrito, mas a antinomia entre os princípios herdados das Luzes e este novo tipo de reivindicação está presente em toda parte. A comunidade europeia propõe um novo ideal democrático: sociedades integradoras que reuniriam respeitando as diferenças. Os meios concretos para alcançar este ideal ainda precisam ser definidos, porém o princípio em si anuncia um deslocamento importante. No

projeto compreensivo, parecia que a implementação do princípio da igualdade de oportunidades se baseava essencialmente na escola. Nas novas propostas, a escola tem um papel a desempenhar na integração, mas também o conjunto das políticas sociais: o trabalho, a cidade, a saúde, a cultura, etc.

Todas estas evoluções se fundamentam em ampla parte nas contribuições das ciências sociais e nas críticas formuladas nas décadas de 1960 e 1970: crítica do Estado, da burocracia, da centralização e da indiferença pelas diferenças; crítica do etnocentrismo europeu e ênfase na diversidade das formas de racionalidade, etc. De onde certo desconforto das ciências sociais para questionar uma ordem mundial que invoca os princípios que elas trouxeram. Alguns então falaram de uma crise da crítica (Van Haecht 2004). Um novo passo para a exterioridade precisa, sem dúvida alguma, ser dado para reencontrar uma posição crítica (Boltanski 2009).

Todas estas evoluções se encontram na revista *Éducation et Sociétés* que fundei em 1998. Revista francófona, apoiou-se em um primeiro momento na AISLF. Progressivamente seu campo se abriu para a globalização. Além de publicar autores de todos os continentes, suas problemáticas se deslocaram para levar em consideração realidades novas trazidas pela globalização. Assim, tivemos o prazer de conceber números conjuntamente com revistas anglo-saxãs como *Globalisation, Education and Societies* (2012) ou de receber como chefe de redação convidado um ilustre pesquisador americano, Tom Popkewitz, que apresentou a maneira como as reflexões anglo-saxãs tinham integrado as principais contribuições da reflexão francesa, em particular as de Bourdieu e Foucault (2013) <<https://www.cairn.info/revue-education-et-societes.htm>>.

Entrevistadores - *A avaliação desempenha um papel essencial na construção das políticas. O exemplo mais forte é provavelmente o de PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Alunos) pelo fato de muitos países participarem desta operação. As políticas tendem a reproduzir os mesmos métodos de avaliação e a padronizar o currículo da educação básica. A seu ver, quais são as consequências disto?*

Jean-Louis Derouet: Os últimos vinte anos do século XX foram marcados no âmbito nacional e internacional pelo desenvolvimento da avaliação. O princípio é excelente. Se eu voltar para os princípios de justiça trabalhados pelas Luzes, Condorcet, por exemplo, depositava uma grande confiança nos professores, mas, na lógica da Revolução francesa, julgava útil precaver-se contra a reconstituição de uma corporação que teria tomado o poder sobre o ensino. A obrigação de prestar contas, para os eleitos, para os funcionários públicos, constitui um dos fundamentos da moral cívica. Mas este excelente princípio foi implementado em péssimas condições: a constituição de uma tecnocracia cujas competências bem como a legitimidade parecem questionáveis, uma redução dos efeitos da escola ao que é mensurável, uma superestimação da representação estatística... Os efeitos perversos destas políticas, implementadas no início da década de 1980 na Grã-Bretanha e

nos Estados- Unidos, apareceram muito cedo. A transformação das avaliações em listas de campeões que favorecem o desenvolvimento de um mercado, uma pressão da avaliação sobre os professores e sobre os alunos que gera uma fuga generalizada: drop out – evasão escolar- para uns, burn out – estafa- para os outros. Sobretudo esta avaliação em um contexto de concorrência procedeu pela construção de padrões. Seria importante analisar melhor os efeitos perversos disto que se apresenta como uma racionalização. A história da democratização do ensino mostra que a dinâmica se baseia na diversidade da oferta de educação. Na França, por exemplo, os estudos dos historiadores mostram que existiu depois da Segunda Guerra Mundial uma democratização rastejante que se baseava na diversidade dos estabelecimentos, dos cursos, dos currículos. Este movimento se deteve quando as primeiras medidas que almejavam o colégio único começaram a padronizar os percursos nos modelos dos filhos da burguesia (Prost 1985).

Entrevistadores - *Na sua opinião, como os professores podem reagir aos efeitos destas políticas? Como você percebe o papel dos sindicatos neste contexto? Quais são as contribuições que a pesquisa universitária poderia oferecer para estes profissionais organizados coletivamente?*

Jean-Louis Derouet: Pelas pressões que exerce, pelos quadros que impõe, esta padronização despossui os professores de seu ofício, da possibilidade de mostrar suas competências desenvolvendo iniciativas correspondendo às necessidades de seus alunos. Por outro lado, em um contexto dominado pelas grandes surveys e pela razão estatística, é essencial fazer ouvir a experiência dos atores. Os sindicatos têm um papel importante para desempenhar, em associação inclusive com a pesquisa. As grandes surveys esmagam numerosos aspectos da realidade. Trata-se de evidenciá-los a partir de casos concretos, de desenvolver modos de generalização que não se fundamentem na estatística e de questionar as evidências baseadas nas grandes surveys.

É a partir desta abordagem crítica que é possível conceber um movimento de reapropriação de suas capacidades de iniciativa pelos professores. A autonomia dos estabelecimentos e da avaliação inscrevem-se no movimento geral da Nova Gestão Pública. Ao mesmo tempo, todos sabemos que a contradição é um dos motores da história. Outro uso é possível, esboçado por Andy Hargreaves, com suas propostas de quarta via (2009). Trata-se precisamente de apoderar-se dos resultados das diversas avaliações, analisá-los coletivamente na escala de um estabelecimento ou de um território educacional e de fazer deste trabalho o ponto de partida da construção de uma inteligência coletiva. A dinâmica baseia-se na capacidade dos docentes a investigarem sobre suas próprias práticas, a identificarem os defeitos que estão na origem das insuficiências apontadas pelas avaliações e a experimentarem propostas de mudanças. Este trabalho deve ser feito o mais próximo possível da realidade prática, o que supõe contatos in loco entre os professores e a pesquisa: trata-se de ajudar os profissionais a desenvolverem suas capacidades de análise, de alimentar suas reflexões pelo conhecimento das abordagens desenvolvidas em diversos

países. De jeito algum de substituir a normatividade burocrática por uma normatividade científica. Tal abordagem supõe auxílios: tempo para a reflexão, a abertura dos centros de recursos que permitam aos professores enriquecerem sua cultura a partir de exemplos estrangeiros, o desenvolvimento de lugares de trocas simétricas de experiência. Esta perspectiva pode parecer utópica. Talvez menos do que se pensa. Já existem exemplos nos Estados-Unidos. Sobretudo, suscitamos algumas experiências na França. As conclusões foram publicadas por Romuald Normand e François Muller em uma obra *École: la grande transformation*, 2013, Paris, ESF.).

Entrevistadores - *Em seus trabalhos anteriores, você estudou muito as políticas de descentralização e seus efeitos. Como está hoje a situação quanto à autonomia dos estabelecimentos escolares e ao projeto de estabelecimento?*

Jean-Louis Derouet: Estudei as políticas de descentralização a partir da lei votada na França em 1981. Neste âmbito, acompanhei as políticas de autonomia dos estabelecimentos e depois de constituição de redes de estabelecimentos na escala de um território. Para mim, o papel do Estado é muito importante, mas não podemos confundir direção de Estado com centralização e muito menos com padronização. A democratização, a integração, se baseiam em uma diversificação da oferta de educação: diversificação dos percursos, das práticas pedagógicas, dos currículos. Mas estamos aqui navegando entre vários escolhos. Os países anglo-saxões fornecem o exemplo de uma diversificação mercantil que aumenta as desigualdades. A ameaça existe, de uma diversificação comunitária que abalaria os princípios republicanos. Como construir uma diversificação democrática que permita que cada um construa seu percurso no respeito de suas diferenças, mas com a vontade de chegar a uma comunidade de cidadãos? A resposta está para ser inventada, mas me parece que passa pela autonomia dos estabelecimentos, pela iniciativa dos professores e o desenvolvimento de comunidades de aprendizagens na escala de um estabelecimento ou de um território.

Entrevistadores - *As perspectivas que está evocando (Terceira via, quarta via...) se caracterizam pela busca de um meio-termo entre Estado e mercado. Qual é sua análise destas propostas? As parcerias entre o setor público e a iniciativa privada têm se desenvolvido na educação brasileira, com efeitos nas matérias de ensino, nos modelos de adequação, nos exames nacionais e nos sistemas de avaliação. Você poderia comentar os efeitos possíveis sobre a profissão de professor?*

Jean-Louis Derouet: Realmente, uma tendência pesada é identificada desde que uma recomendação da Organização Mundial do Comércio propõe classificar a educação entre os serviços mercantis. A questão das relações entre Estado e mercado toma no entanto diversas formas. O aspecto mais estudado é a escolha do estabelecimento pelas famílias.

Esta se tornou hoje a primeira reivindicação dos pais, e é preciso mesmo dizer que ela se fundamenta em uma definição totalmente honorável da democracia: a associação dos cidadãos às decisões que lhes dizem respeito. Não acredito que os Estados possam negligenciar tal reivindicação, mas o mercado não é a melhor resposta. Em uma forma descentralizada do Estado, redes de estabelecimentos podem regular as relações de concorrência e complementariedade entre os estabelecimentos de um mesmo território mantendo ainda assim os ideais do serviço público. Temos assistido ao mesmo tempo a um crescimento espetacular de um mercado paralelo do acompanhamento, do apoio, das formações complementares às formações propostas pelo serviço público. O fenômeno não é novo. Os mais velhos entre nós lembram das aulas particulares que eram dadas no recinto dos estabelecimentos ou dos cursos de preparação para o *baccalauréat* onde as crianças das famílias abastadas decoravam em algumas semanas algumas fórmulas que lhes permitiam obter seu pergaminho. Este fenômeno se ampliou com o acesso das crianças das classes médias aos estudos secundários. Muitos desses pais não são capazes de acompanhar seus filhos. Que solução podem dar para esta situação? Pagar para que outros o façam. O rendimento deste investimento está longe de ser provado, mas sua perenidade está assegurada. É um jeito para esses pais se tranquilizarem e manifestarem o amor que têm pelos seus filhos. O risco é obviamente que, em um período de dificuldades econômicas, a escola pública se retraia aos poucos de setores para os quais existe uma oferta privada: as artes, os esportes, as línguas raras... Este é evidentemente um ponto em que as forças democráticas devem ser extremamente vigilantes. Gostaria de insistir em uma outra forma, menos visível: é a instalação nas políticas públicas de princípios mercantis e em particular a concorrência. É que tem acontecido na França: o Estado não se retrai diante do mercado, mas seu funcionamento integra um certo número de referências da gestão privada. Por enquanto, os progressos desta Nova gestão pública são mantidos sob controle pela tradição administrativa (Derouet & Normand 2015) mas esta forma insidiosa talvez constitua o principal perigo pois ataca o coração do ofício: a construção de padrões que servem para colocar as pessoas, os estabelecimentos em concorrência, a transformação das avaliações em listas de campeões.

O período é difícil, mas eu gostaria de concluir esta entrevista com uma nota otimista. Não se pode subestimar a potência do capitalismo mercantil que está pondo a mão na educação. Ao mesmo tempo, os atores não devem deixar-se impressionar pelas recomendações das Organizações internacionais, Estas se apresentam como absolutos que rejeitam de antemão qualquer alternativa. A perspectiva histórica mostra sua fragilidade, as contradições entre os diversos partidos que lhes dão sustentação, as possibilidades de evolução. A análise do novo espírito do capitalismo, empreendida por Luc Boltanski e Ève Chiapello (1999), mostra a corrida ocorrendo entre a crítica e as capacidades de recuperação e de reajuste da nova ordem mundial. Depois de políticas de obrigação brutal de resultado podendo chegar até o fechamento dos estabelecimentos que não conseguem cumprir, os Estados-Unidos por exemplo estão buscando uma obrigação inteligente de resultado, que leva em consideração a racionalidade dos atores (Derouet & Normand 2011).

O essencial é provavelmente reconstruir um posicionamento crítico que corresponda à conjuntura atual. Desde o século XVIII, a esquerda teve a iniciativa da crítica e das novas propostas em matéria de educação. Perdeu esta posição no final do século XX. A iniciativa passou para o lado da direita, quer se trate de uma direita tradicional que denuncia a queda do nível dos estudos ou de uma direita gestora que questiona o baixo rendimento dos investimentos educacionais. Como a esquerda pode reconquistar esta iniciativa? Provavelmente se mantendo fiel ao princípio de igualdade, que constitui um de seus princípios fundamentais. Ao mesmo tempo, não é retomando os slogans dos anos 1960 que vai se fazer ouvir no novo contexto. Estamos hoje acompanhando com grande interesse a reflexão de Nancy Fraser. Partindo da problemática do reconhecimento da diferença e especificamente em matéria de gênero, ela está agora em busca de um novo modelo democrático, associando igualdade, eficiência e integração no respeito às diferenças (Fraser 2004, 2005). E para dar sustentação a esta empreitada, ela coloca uma forte ênfase na necessidade de uma renovação da crítica social (Boltanski, Fraser & Corcuff 2014). É neste apelo, que diz respeito ao conjunto das forças sociais, que gostaria de concluir o panorama que acabamos de percorrer.

Correspondência

Jean-Louis Derouet – Professor de Sociologia da Educação no Institut National de Recherche Pédagogique, Lyon, França. É membro do grupo de política e sociologia moral na École des Hautes Études en Sciences Sociales – CNRS. É editor chefe da revista *Éducation et Sociétés*, uma revista internacional.

E-mail: jeanlouis.derouet@ens-lyon.fr

Dalila A. Olivera – Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora para a América Latina da Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente – REDESTRADO, pesquisadora 1A do CNPq e Coordenadora do GESTRADO.

E-mail: dalila.a.o@gmail.com

Álvaro M. Hypolito – Professor da Universidade Federal de Pelotas, coordenador para o Brasil da Rede Latinoamericana de Estudos sobre Trabalho Docente – REDESTRADO, pesquisador 1D do CNPq.

E-mail: alvaro.hypolito@gmail.com

Romuald Normand – Professor de Sociologia na Universidade de Strasbourg, na França. Pesquisador com muitos trabalhos publicados. Colabora com a REDESTRADO e com o GESTRADO.

E-mail: rnormand@unistra.fr

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização
do entrevistado e dos entrevistadores.
